

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
DEPARTAMENTO DE ZOOTECNICA E DESENVOLVIMENTO RURAL  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AGROECOSSISTEMAS  
LABORATÓRIO DE ESTUDOS DA MULTIFUNCIONALIDADE AGRÍCOLA E DO  
TERRITÓRIO**

**PROGRAMA CAPES-COFECUB EDITAL Nº 12/2019 –**

**SISTEMAS AGROALIMENTARES E POLÍTICAS PÚBLICAS: construção de  
inovações teóricas e metodológicas para análise de experiências  
internacionais**

**RELATÓRIO DE ATIVIDADES NO EXTERIOR:**

**AÇÃO COLETIVA NO DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS ALIMENTARES  
TERRITORIALIZADOS**

**Acadêmico: Fábio Luiz Búrigo (UFSC)**

**Supervisão: Eric Sabourin (Centro de Cooperação Internacional em Pesquisa  
Agrônômica para o Desenvolvimento - CIRAD);**

**Florianópolis, SC, setembro 2023.**

# **AÇÃO COLETIVA NO DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS ALIMENTARES TERRITORIALIZADOS**

## **1 INTRODUÇÃO**

O meu estudo de pós-doutorado foi proposto dentro do escopo de um projeto de pesquisa do qual participo intitulado “Sistemas agroalimentares e políticas públicas: construção de inovações teóricas e metodológicas para análise de experiências internacionais”, fruto da parceria entre instituições de ensino superior e de pesquisa do Brasil e da França. Em 2019, este projeto recebeu apoio financeiro de um programa de cooperação internacional estabelecido pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e do Comitê Francês de Avaliação da Cooperação Universitária com o Brasil (Cofecub), por meio do Edital N° 12/2019, sendo sua conclusão prevista para julho de 2024. O referido projeto prevê a destinação de bolsas de doutorado sanduíche e pós-doutoramento para membros brasileiros que integram a equipe, o que viabilizou minha estadia junto aos parceiros franceses.

O projeto aprovado pelo Programa Capes/Cofecub tem como objetivo sistematizar, discutir e produzir novos enfoques para a pesquisa de sistemas alimentares e políticas públicas, com ênfase na diversidade social da agricultura familiar, nas interações urbano-rural e nos territórios, de modo a subsidiar análises específicas e comparadas de experiências nacionais e internacionais. Com base em revisão sistemática das literaturas e a partir das particularidades observadas nas experiências estudadas a campo pelos membros da equipe em ambos os países, o projeto aprovado pelo Programa Capes/Cofecub pretende mapear, problematizar e construir abordagens para a análise inovações teóricas metodológicas e organizacionais presentes em sistemas agroalimentares territorializados. Concomitantemente, aproveitando os acúmulos empíricos e as oportunidades de novas pesquisas de campo, o projeto procura reforçar essas análises com estudos sobre processos de produção, transformação e circulação dos alimentos nos territórios, tendo as políticas de desenvolvimento rural e territorial existentes em perspectiva. A pesquisa também pretende fortalecer redes acadêmicas entre pesquisadores brasileiros e franceses, e na complementação da formação de estudantes (especialmente mestrandos, doutorandos e pós-doutorandos). Além de sua importância para o ensino e a pesquisa, os estudos contribuem com a extensão universitária, subsidiando projetos em sistemas alimentares territorializados, inovações organizacionais e (re) elaboração de políticas públicas.

O projeto tem como coordenadores a Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Cátia Grisa da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), pelo lado brasileiro, e o Prof. Dr. Eric P. Sabourin do Centro de Cooperação Internacional em Pesquisa Agrícola para o Desenvolvimento (Cirad), pelo lado francês. No Brasil, além da UFRGS integram o projeto pesquisadores da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (Unila). Entre as instituições francesas que participam encontram-se, além do Cirad, a Universidade de Montpellier III, o Instituto Nacional da Pesquisa Agrônômica (Inrae) e o Centro Nacional de Pesquisa Científica (CNRS).

O meu pós-doutorado foi realizado entre os meses de setembro de 2022 e julho de 2023, tendo como referência e local de moradia a região de Montpellier (França), onde estão sediados o campus da Universidade de Montpellier III e uma unidade do

Cirad. Como destaca o Plano de Estudos, elaborado como uma das prerrogativas para obter o meu afastamento da UFSC e a bolsa junto à Capes, o objetivo geral do pós-doutoramento foi aprofundar os conhecimentos sobre as estratégias institucionais desenvolvidas por organizações coletivas francesas junto aos sistemas alimentares territorializados (SAT), bem como avançar na construção de novas abordagens teóricas e metodológicas aplicadas na análise desses processos.

Os estudos em torno dos SAT voltam a ganhar relevância nas últimas décadas, em face da crise enfrentada pelo modelo agroindustrial adotado na modernização da agricultura mundial durante o século XX. Um SAT pode ser entendido como o conjunto de cadeias agroalimentares que satisfazem os critérios de desenvolvimento sustentável, localizado num espaço geográfico de dimensão regional e coordenado por uma governança territorial (RASTOIN, 2015). As organizações coletivas e o processo cooperativo sempre foram estratégicos na implantação e estruturação e na governança dos sistemas alimentares, tendo papel de destaque no funcionamento dos mercados locais e no desenvolvimento dos territórios rurais (DAROL, 2013; MARECHAL, 2008; CAZELLA; BÚRIGO, 2009).

Já os objetivos específicos do Plano previam: 1) Identificar as características dos sistemas agroalimentares territorializados franceses e verificar os principais desafios colocados para a ação das organizações formais e informais nesses sistemas; 2) Mapear e discutir as diferentes concepções e estratégias de ação das organizações formais (como cooperativas e associações) e informais (com atuação expressiva em termos sociais) francesas para ampliar a sustentabilidade dos sistemas alimentares territorializados; 3) Aprofundar o conhecimento sobre abordagens metodológicas empregadas na análise dos sistemas alimentares territorializados; 4) Compreender e analisar as interfaces entre as dinâmicas de funcionamento dos sistemas alimentares territorializados e as políticas públicas; 5) Apresentar e discutir com a equipe francesa estudos realizados pelo pesquisador de modo a contribuir na aproximação das reflexões analíticas das equipes francesa e brasileira da pesquisa e viabilizar futuras ações conjuntas.

## **2 ATIVIDADES DESENVOLVIDAS**

### **2.1 PRIMEIROS PASSOS PARA A ESTRUTURAÇÃO DA PESQUISA:**

Encontrar um local de moradia, aprimorar o idioma, resolver pendências burocráticas e se tornar conhecido no meio acadêmico e no ambiente social que se pretende viver durante quase um ano é algo desafiador, mas inerente a vida de um pesquisador que se instala em um país estrangeiro. Ao chegar ao Cirad me foi informado pelo coordenador E. Sabourin que, devido as características do meu plano de estudos, eu poderia participar em duas unidades mistas de pesquisa (UMR) com as quais o Cirad possui vínculos institucionais. Desse modo pude me inserir simultaneamente nas equipes da UMR Innovation (<https://umr-innovation.cirad.fr/>) e da UMR Art Dev (<https://art-dev.cnrs.fr/>). As UMRs são equipes de pesquisadores, oriundos de distintas instituições, que se agrupam em torno de temáticas de interesse comum para desenvolver atividades de relevância científica. Esse tipo de arranjo é previsto na legislação francesa e fortalece a integração institucional, a troca de experiências, o desenvolvimento de projetos coletivos, amplia o leque de parcerias e proporciona o compartilhamento de recursos e a convivência interdisciplinar entre pesquisadores, professores, estudantes de doutorado e outros profissionais.

Por conta dessas articulações, durante o andamento das minhas atividades pude ter acesso e espaços de trabalho tanto no Cirad, quanto na Universidade Montpellier 3 e no Instituto Agro onde ficam instalados pesquisadores do Inrae. O Instituto Agro sedia a Faculdade de Agronomia e outros cursos na área das Ciências Agrárias. Esse ambiente plural também permitiu uma certa convivência com estudantes de graduação, mestrado e doutorado, inclusive de brasileiros que estavam em Montpellier fazendo intercâmbio pelo projeto Capes/Brafagri, com o qual tenho estreitos vínculos no CCA.

Por estar ligado a duas UMRs e outras organizações como a Cooperativa Cagette (ver mais detalhes adiante), eu acabei recebendo diversos convites para participar de seminários, palestras, reuniões técnicas, assembleias, visitas técnicas etc. Essas articulações permitiram estabelecer um leque importante de contatos e acessar eventos de forma presencial ou remota, promovidos por diversas UMRs e outras organizações (ver a lista de contatos no apêndice).

Os primeiros meses foram, portanto, dedicados a essa aproximação pessoal e institucional e uma intensa busca de informações sobre o que havia de fato de inovador em termos teóricos e empíricos relacionados com os objetivos geral e específicos propostos pelo plano de estudo. A procura era também sobre experiências ainda pouco estudadas no Brasil ou por outros colegas do projeto Capes/Cofecub. Também dediquei tempo para revisar a literatura francesa dedicadas ao tema da Economia Social e Solidária (ESS) e entender melhor sobre o papel do cooperativismo francês no desenvolvimento dos sistemas alimentares convencionais e alternativos. Para qualificar melhor essas reflexões tentei igualmente conhecer o trabalho de cooperativas, associações e outros formatos de ação coletiva que possuísse conexão com os SAT.

Ao longo dessa fase de exploração inicial me deparei com 3 tipos de experiências que chamaram atenção e em torno das quais passei a aprofundar os estudos. A primeira foi a existência de um modelo de cooperativa desconhecido no Brasil denominado de Sociedade cooperativa de Interesse Coletivo (Scic), o segundo foi sobre a Cagette, um tipo de cooperativa de consumo sediado em Montpellier, cujo modelo de gestão também inédito no Brasil. Além dessas duas experiências cooperativas identifiquei uma política pública francesa também inédita no Brasil, denominada Projeto Alimentar Territorial (PAT). Essa política desde 2014 incentiva a cooperação entre organizações e coletividades (instâncias de governo) para estabelecer projetos conjuntos visando desenvolver novas formas de diagnosticar os SAT e planejar ações relacionadas a sua governança, por meio do engajamento de atores coletivos locais e territoriais.

A partir desse tripé de interesses delineados e discutidos com os coordenadores do projeto Capes/Cofecub passei a conceber uma estratégia de pesquisa que permitisse compatibilizar os estudos sobre esses temas em termos teóricos e empíricos com as possibilidades de avançar a pesquisa no ambiente acadêmico, geográfico e logístico onde eu estava inserido. Nesse sentido, o primeiro passo foi reunir uma base mais sólida de conhecimentos de literatura e de informações disponíveis nas mídias eletrônicas (sites, plataformas etc.) sobre o cooperativismo e ESS (e em especial sobre as Scic), sobre o PAT e sobre as ações da Cagette.

Assim, a estratégia foi estudar a Cagette como um caso de supermercado cooperativo e participativo situado em Montpellier e os temas das Scic e dos PAT a partir de uma programação de buscas e contatos remotos envolvendo organizações

de outras regiões da França. Como se verá em detalhes, a seguir, se no caso da Cagette foi possível realizar entrar nas particularidades de um estudo de caso, para as Scic e o PAT a solução foi selecionar algumas experiências e analisá-las de modo mais geral, por vezes recorrendo a análises comparativas.

Este relatório descreve a seguir os avanços obtidos ao longo do pós-doc. em cada uma das 3 temáticas acima destacadas.

## 2.2 ATIVIDADES DESENVOLVIDAS EM TORNO DAS SOCIEDADES COOPERATIVAS DE INTERESSE COLETIVO

Ao conversar com alguns colegas pesquisadores que acompanham as transformações do cooperativismo francês nos últimos me deparei com um modelo estatutário que desconhecia completamente. As Scic são criadas a partir de um estatuto original aprovado pelo parlamento francês em 2001 e que vem modificando os modos de governança e a estruturação dos modelos de negócios em vários ramos do cooperativismo. Ela possibilita e obriga a participação de vários públicos diferentes na mesma cooperativa e condiciona essa participação a uma série de regras e acordos prévios entre as partes interessadas em torno de um projeto de interesse coletivo. As regras que regem as Scic são flexíveis, permitindo desenvolver negócios por meio de empreendimentos pequenos (de 3 pessoas), até cooperativas mais complexas (que envolve milhares de associados em distintas atividades). A lei também autoriza que a cooperativa possua associados individuais (pessoas físicas) e coletivas (pessoas jurídicas privadas). Outra novidade é a permissão para a filiação de entes governamentais na cooperativa.

A motivação para estudar tal modelo se deu em função de suas características inéditas em relação ao Brasil, tendo em conta as perspectivas que ele abre em termos de formulação de projetos na ótica do desenvolvimento territorial e dos SAT. Embora nem seja na agricultura e nem mesmo no meio rural os ambientes onde as Scic estejam mais presentes atualmente, e sim na área de prestação de serviços nos centros urbanos, nos últimos anos as Scic estão cada vez mais sendo empregadas por empreendimentos no campo e na compra de terras de forma cooperativa. Existem Scic que viabilizaram a criação de novas fazendas coletivas para instalação de jovens agricultores. Esse estatuto está permitindo também agrupar agricultores, consumidores, voluntários, ONGs e outros atores em torno da criação de sistemas de produção e na comercialização de alimentos de qualidade. Em alguns casos se incorporam a essas Scic atores que atuam na distribuição, acompanhamento técnico, entre outros serviços correlatos.

A metodologia de pesquisa se apoiou na revisão documental e da literatura a respeito do processo histórico e das motivações levaram a construção do estatuto Scic, as concepções filosóficas e teóricas que fundamentam esse modelo dentro do pensamento cooperativista. A intenção foi buscar pessoas que conheçam e acompanham o desenvolvimento das Scic que atuam no mundo rural e que estejam construindo pensamento crítico e pesquisas científicas a respeito desse modelo. Para fortalecer a pesquisa em termos empíricos se procurou uma aproximação algumas cooperativas e com pessoas engajadas diretamente com essas experiências em termos práticos.

Alguns colegas da Universidade de Montpellier 3, que estudam as Scic no mundo urbano, conhecem pessoas que ajudaram na construção da legislação e na

difusão do modelo das Scic na França. Um dos principais mentores dessa lei está aposentado e reside, por sorte, em Montpellier, o que me permitiu realizar duas longas entrevistas e estabelecer um contato muito profícuo com ele. Igualmente pude fazer uma entrevista e receber inúmeras informações sobre as cooperativas Scic e Scop (espécie de cooperativa de trabalho, que são conduzidas pelos próprios assalariados) com gestores regionais do Sistema. Por esse interlocutor pude conhecer detalhes da estrutura formal de difusão e de representação política das cooperativas Scic na França, que até hoje funciona agregada a rede das Scop (<https://www.les-scic.coop/>).

A partir de contatos que foram se estabelecendo pude ter acesso a pessoas de duas Scic bem consolidadas e que atuam em torno da questão alimentar na região de Lyon: GRAP – (<https://www.grap.coop/>) e AlterConso – <https://www.alterconso.org/cooperative/alterconso/>). Em outra oportunidade também pude pesquisar o trabalho de uma Scic denominada D’Ardèche & de Saison – (<https://www.facebook.com/dardecheetdesaison/>), que atua no abastecimento e distribuição de produtos alimentares territoriais no departamento a região de Ardèche. Esse contato se deu com o apoio de uma egressa do CCA, Karine Nunes, que atualmente faz doutorado na França. Além dessas cooperativas, foi possível estudar outras Scic que também atuam na questão alimentar em Limoux, Lescure-d’Albigeois (ambas na região da Occitânia). Em todos esses casos pude conversar remotamente com atores envolvidos e realizar entrevistas.

A dificuldade maior foi encontrar pesquisas e pesquisadores que se dedicam o tema das Scic agrícolas. Mas, após várias buscas e tentativas de contato pude estabelecer uma aproximação com um grupo dedicado ao tema coordenado pela pesquisadora Pascale Château Terrisse (<https://agir.toulouse.hub.inrae.fr/equipes/odycee/chateau-terrisse-pascale>). Pascale é professora da área das ciências da gestão em Toulouse e integrante da UMR AGIR. A professora Pascale me apresentou detalhes do projeto Scic Agri, que tem como objetivo examinar o modelo organizacional Scic à luz de questões contemporâneas no setor agrícola, para as quais esse estatuto parece fornecer respostas inovadoras. É um projeto exploratório de dois anos (2020-22) que reúne pesquisadores das ciências humanas e sociais em uma abordagem multidisciplinar. Tal pesquisa serviu de base para a construção de dois novos projetos e que acabaram de ser aceitos pela Agence Nationale de la Recherche (ANR JCJC) e pela ADEME (chamada de projetos TEES). Ressalte-se que pelas informações obtidas durante o pós-doc. esse é o único grupo de pesquisadores franceses que se dedica ao estudo das Scic no mundo agrícola.

### 2.2.1 Produto derivado da pesquisa sobre a Scic

Para encerrar esse tópico transcrevo abaixo o resumo de um artigo que elaborei sobre as Scic e que será apresentado no próximo Encontro Brasileiro de pesquisadores do Cooperativismo (EBPC), evento que será realizado em setembro de 2023, em Brasília. O texto completo está disponível na página do Lemate: <https://lemate.paginas.ufsc.br/publicacoes/eventos/>.

**SOCIEDADES COOPERATIVAS DE INTERESSE COLETIVO (SCIC):  
INSPIRAÇÃO PARA O COOPERATIVISMO BRASILEIRO DO FUTURO**

### Resumo

As primeiras cooperativas europeias foram constituídas sob uma base multissocietária, pela qual diversas categorias de públicos podiam participar do seu quadro social. Muitas dessas cooperativas eram também criadas visando a resolução de questões comunitárias, que extrapolavam o interesse direto dos associados. A partir da segunda metade do século XIX, o modelo unissocietário ganha espaço e as cooperativas passam concentrar seu atendimento para um tipo de público associado. No final do século XX, as lutas do movimento da economia social e solidária e a criação do sétimo princípio do cooperativismo reacendem os debates sobre a utilidade social e os compromissos das cooperativas com os diferentes públicos das comunidades onde elas atuam. Na França, esses processos ganham impulso com a criação, em 2001, da sociedade cooperativa de interesse coletivo (Scic). A Scic agrega públicos distintos em projetos que podem contemplar desde pequenos negócios, iniciativas de caráter intersetorial ou voltadas ao desenvolvimento sustentável numa escala territorial. Este trabalho apresenta o processo de construção e as principais características jurídico-institucionais das Scic, discutindo como esse modelo organizacional otimiza projetos que visam fortalecer a sustentabilidade dos sistemas alimentares e o desenvolvimento dos territórios. Baseado num enfoque descritivo, o artigo se apoia em revisão da literatura, documentos institucionais, visitas exploratórias e em entrevistas semiestruturadas realizadas em diversas regiões da França entre setembro de 2022 e julho de 2023. A conclusão é que a Scic representa uma inspiração para se pensar novos arranjos cooperativos no Brasil, que sejam capazes de integrar interesses sociais diversos e viabilizar a cooperação econômica intersetorial. Também possibilita a articulação entre públicos urbanos e rurais em torno da alimentação saudável, da governança fundiária e do desenvolvimento territorial sustentável.

Após a apresentação do artigo no EBPC devo revisar o artigo e submetê-lo as revistas científicas no Brasil.

### 2.3 ATIVIDADES DESENVOLVIDAS EM TORNO DA COOPERATIVA CAGETTE

A Cooperativa nasceu da vontade de moradores da cidade de Montpellier e de jovens idealistas oriundos de Paris para formar uma cooperativa de consumo alternativa. A denominação da cooperativa em francês é *La Cagette*, uma alusão aos recipientes (caixotes) nos quais os consumidores transportam seus alimentos nos grupos de venda direta. Atualmente a Cagette possui um supermercado que funciona a partir do envolvimento direto dos associados como fornecedores de mão-de-obra. Todos os sócios dedicam 3 horas por mês de seu tempo para manter o empreendimento ativo.

Para fortalecer a compreensão sobre as dinâmicas da Cagette resolvi tornar-me associado e posteriormente integrar o Comitê Solidariedade da Cooperativa. Os comitês internos da Cagette, que atualmente chegam perto de 30, são uma estratégia para garantir a administração cotidiana dos negócios da cooperativa nas mãos dos próprios filiados.

A pesquisa documental e as entrevistas realizadas com dirigentes e colaboradores apontam que um dos motivos que deram sustentação inicial a Cooperativa foi o intenso trabalho educativo realizado junto à comunidade de Montpellier antes de sua fundação. Durante esse trabalho de sensibilização muito se discutiu sobre o modo de funcionamento de um supermercado cooperativo e participativo — dentro do cenário cooperativo francês é assim que esse modelo de cooperativa é tecnicamente identificado. Em 2015, depois de participar por certo tempo do supermercado cooperativo e participativo La Louve de Paris (<https://cooplalouve.fr>), dois jovens se mudaram para Montpellier com o propósito de criar uma cooperativa similar nesta cidade. Entre 2015 e 2016 eles participaram de



dezenas de encontros em livrarias, bares, escolas, universidade e outros espaços sociais divulgando esse tipo de empreendimento. Aos poucos eles passaram a congregiar adeptos à proposta e consolidar um grupo de fundadores. O primeiro passo significativo foi a criação da Associação dos Amigos da Cagette, uma organização que existe até os dias de hoje, e que deu impulso à estruturação da futura Cooperativa. Um dos trabalhos iniciais da Associação foi a organização e distribuição de cestas de alimentos aos consumidores interessados, aos moldes do modelo Amap. Em 2016 a Cooperativa já possuía perto de 320 aderentes e um local próprio para a montagem e distribuição das cestas. Mas a proposta de abrir um supermercado cooperativo participativo, que tinha sido o motivo inicial da mobilização, continuava forte entre os filiados. Em janeiro de 2017, a Associação conseguiu abrir uma pequena loja (*epicerie*) e em março do mesmo ano foi constituída a Cooperativa de Consumo *La Cagette*. Por meio de empréstimos financeiros obtidos junto aos membros da Associação e de um forte engajamento dos demais associados, em setembro do mesmo ano, a Cagette consegue adquirir um ponto comercial no centro de Montpellier para instalar o seu supermercado. Naquele momento, a Cooperativa já contava com 450 associados e 5 assalariados.

Embora somente os associados possam realizar compras em seu supermercado, o que restringe o acesso aos produtos pelo público não filiado, o desempenho econômico da Cagette foi sempre positivo. Desde a sua fundação, a Cagette não parou de expandir seu quadro social e suas atividades comerciais. Dados de 2023 indicam que a Cooperativa possui perto de 4 mil associados, tendo aproximadamente 2 mil ativos. Durante a pandemia ela perdeu uma parte de seus associados, visto que muitos estudantes universitários e outros públicos que compõem seu quadro social saíram da cidade ou tiveram que alterar seus hábitos de consumo. Mas a Cooperativa soube se reciclar, montando novas estratégias para manter seus filiados e continuar crescendo pela chegada de novos associados. Para conhecer mais detalhes sobre a história e as formas de governança da Cagette ver o site <https://lacagette-coop.fr/?PagePrincipale>.

A situação atual da Cagette é bem diferente de outras cooperativas de consumo e supermercados de produtos orgânicos franceses, que nos últimos dois anos enfrentam quedas importantes em seu faturamento. Crises derivadas da pandemia no comércio mundial, somadas aos problemas advindos da Guerra da Ucrânia geraram mais inflação e aumentaram perda do poder aquisitivo da população francesa.

Mas não foi apenas o sucesso financeiro que despertou o meu interesse em estudar o caso da Cagette. Entre as questões que originaram esse interesse estão: compreender e conhecer de perto o funcionamento de uma cooperativa de consumo *suis generis*, que depende da disposição dos associados para ceder parte de seu tempo e de sua mão-de-obra em prol da organização; entender melhor as suas formas de governança, que se estruturam a partir de diversas estratégias de mobilização e de participação dos membros (reuniões abertas, ágoras (plenárias), encontros festivos e fundamentalmente por meio das ações das dezenas de comitês técnicos e educativos existentes) e; analisar, de maneira teórica e prática, uma questão chave para que a ação coletiva tenha sucesso em iniciativas relacionadas aos SAT: a solidariedade.

A solidariedade como tema de reflexão acadêmica surgiu no horizonte de minhas pesquisas de pós-doc. no momento que resolvi participar das reuniões do comitê de solidariedade da Cagette. Por conta deste comitê tive a oportunidade de



conhecer e analisar, ao lado dos demais membros (cerca de 10 pessoas), os desafios relacionados ao envolvimento da Cagette no projeto da Caixa Alimentar. Por si só, a experiência da Caixa merece um estudo específico, devido a sua relevância e caráter inovador. Porém, durante o meu pós-doc. esse trabalho não foi realizado, seja por uma questão de tempo, seja por que a experiência ainda está em fase embrionária e precisa estar mais consolidada para ser analisada em profundidade. Todavia, em função de sua relevância em termos de inovação social e por que suas premissas devem ser pouco conhecidas no Brasil descrevo abaixo mais informações sobre o funcionamento da Caixa Alimentar Comum de Montpellier.

Iniciado em 2022, o projeto da Caixa visa criar um sistema que proporcione o acesso digno e permanente aos alimentos de qualidade para todas as pessoas envolvidas com a iniciativa. Atualmente a Caixa Alimentar de Montpellier ainda funciona como um projeto piloto e faz parte de um conjunto de iniciativas que visam ampliar a sustentabilidade dos sistemas alimentares na França. Por se tratar de uma experiência inovadora, a implantação do projeto vem tendo forte visibilidade na sociedade local e projeção na mídia nacional.

A proposta dirige seu atendimento prioritário aos mais vulneráveis, procurando criar, com a participação deles, de outros moradores da cidade e de organizações agrícolas e de ESS, mecanismos que garantam acesso aos alimentos de forma sustentável. A ideia geral é criar um sistema de seguridade social, como se observa em áreas como a saúde, que garanta o acesso a uma renda mínima ou a outras formas de ajuda, de modo que todas as pessoas envolvidas possam se alimentar com dignidade. A Caixa está baseada nos princípios da solidariedade e da mutualidade, de maneira que todos os aderentes precisam contribuir mensalmente para a formação de um fundo financeiro comum. Os recursos desse fundo são empregados para que os participantes tenham condições de adquirir regularmente alimentos saudáveis e de acordo com suas necessidades mínimas. Para mais detalhes sobre a concepção que embasa a proposta da Caixa ver: <https://securite-sociale-alimentation.org/la-ssa/a-propos-de-la-securite-sociale-de-lalimentation/> )

O projeto piloto que está sendo montado em Montpellier funciona mediante a contribuição dos cidadãos, mas também recebe uma ajuda financeira temporária do poder público local, o que garante o suporte para o funcionamento da equipe técnica e atividades da divulgação do projeto. Todos os interessados em participar do projeto piloto foram selecionados a partir de um sorteio público, que distribuiu as vagas por estratos, de modo a compor uma amostra cujo perfil seja similar ao existente no conjunto da população em termos etários, social e de renda. Os sorteados devem contribuir com um valor mensal, cujo mínimo é 1 Euro, e em troca recebem um valor equivalente a 100 euros de uma moeda social (denominada Moná) que é depositado mensalmente numa conta eletrônica individual. De posse dessa conta em Moná, os membros da Caixa podem acessar a rede de mercearias e supermercados que integra o projeto para fazer suas compras (somente de produtos alimentícios). Ou seja, todos pagam conforme suas possibilidades para que os mais necessitados possam consumir uma quantidade mínima de alimentos, garantindo o básico em termos nutricionais. Para mais detalhes sobre o projeto piloto da Caixa em Montpellier ver: <https://securite-sociale-alimentation.org/initiative/caisse-commune-de-lalimentation-montpellier/> e também no site: <https://tav-montpellier.xyz/?PagePrincipale> .

Entre os estabelecimentos parceiros do projeto está a Cagette, o que permite aos membros da Caixa adquirir seus alimentos nessa cooperativa e pagá-los com a

Moná. Como a Cagette possui a particularidade de somente comercializar seus produtos aos associados e que estejam em dia com suas prestações de serviço, vários ajustes precisam ser realizados para que o projeto tenha êxito e as pessoas interessadas possam recorrer à Cagette para obter seus alimentos.

Para que os membros da Caixa possam dispor de alimentos e aderir a Cagette sem alterar regras estatutárias e procedimentos basilares que garantem o seu *modus operandi*, a Cooperativa está discutindo uma série de estratégias de acolhimento, direcionadas especialmente às pessoas mais vulneráveis. A intenção é criar condições para que elas sejam inseridas na Cagette de forma plena, como os demais associados, e não se afastem por conta de eventuais dificuldades operacionais em torno de sua participação ou por se sentirem estranhas naquele ambiente. Sabe-se do risco de haver formas de exclusão não apenas econômica, mas também em termos socioculturais, já que o perfil dos associados da Cagette é formado por pessoas com boa escolaridade e integradas à sociedade, o que pode não ser o caso de uma parcela das pessoas oriundas do projeto da Caixa. Grande parte desse trabalho de acolhimento está sendo conduzido pelos membros do Comitê de Solidariedade, que foi designado para acompanhar o envolvimento do projeto da Caixa na Cagette.

### 2.3.1 Produto derivado da pesquisa sobre a Cagette

O meu envolvimento na Cagette está gerando um artigo científico. Esse artigo aborda a questão de solidariedade no ambiente cooperativo levando em conta as relações existentes entre a Cooperativa e o projeto da Caixa Alimentar. O trabalho está sendo elaborado em coautoria com o sociólogo do Inrae, Gregori Akerman, que também integra o UMR Inovattion. Gregori é associado da Cagette, membro do Comitê de Solidariedade e compõe um comitê científico que está monitorando a implantação do projeto piloto da Caixa.

Para ilustrar essa iniciativa reproduzo abaixo trechos da versão preliminar da introdução do artigo. A previsão acordada entre os autores é o artigo esteja concluído até outubro, para que seja submetido a uma revista francesa ainda este ano.

**SOLIDARITÉ ET SOUCI DE LA COMMUNAUTÉ : LA PARTICIPATION DE LA COOPÉRATIVE LA CAGETTE À LA CAISSE COMMUNE ALIMENTAIRE DE MONTPELLIER**

Fábio Luiz Búrigo e Gregory Akerman

**INTRODUCTION**

L'une des innovations du monde coopératif d'aujourd'hui, ce sont les supermarchés coopératifs et participatifs. Inspirés de la Park Slope Food Coop, créée dans les années 1970 à New York, et de La Louve, créée en 2016 à Paris, ces supermarchés renouent avec les origines des coopératives de consommation, dans lesquelles les membres eux-mêmes organisaient directement des activités de distribution alimentaire (FR COOP , 2022) . Tous les associés s'engagent à travailler dans les opérations du magasin ou dans la gestion administrative de la coopérative au moins 3 heures par mois. Cette attitude a considérablement réduit nos frais de personnel et renforcé les liens entre les membres et la coopérative. Aussi connu sous le nom de magasins collaboratifs (MARTY; TOSI, 2023 )

Située dans le village français de Montpellier, La Cagette est un cas exemplaire de ce nouveau modèle de coopération coopérative. En 2023, après 5 ans d'existence dans la Coopérative, j'avais plus de 3 000 adhérents (au moins 1 500 adhérents) et 7 salariés. En plus du travail quotidien au magasin, elle compte de nombreux bénévoles qui participent à plus d'une douzaine de comités

internes, créés pour faire face aux défis liés à son projet de fonctionnement et pour faire face à sa propre croissance. Même avec des problèmes inflationnistes, qui ont entraîné la perte de pouvoir d'achat de la population française, principalement en raison de la pandémie, de la guerre en Ukraine et du réchauffement climatique, ses activités commerciales se développent. Cette performance est à l'opposé de ce que l'on observe dans les autres magasins grand public français, notamment les produits « bio », qui connaissent depuis quelques années une très forte baisse de leurs revenus.

La baisse des ventes est attribuée à une inflation qui s'observe sur le pouvoir d'achat des consommateurs. Cette situation s'ajoute à une campagne marketing agressive promue par la grande distribution autour des aliments « sains et locaux ». En plus de faire baisser les prix payés aux producteurs, ces entreprises proposent des produits qui ne sont pas bio mais véhiculent un message similaire. L'action laisse les consommateurs un peu désorientés, qui finissent souvent par choisir les moins chers. En 2023, le gouvernement britannique a créé une aide qui va financer les agriculteurs bio qui font face à une baisse de leurs revenus. La mesure vise également à réduire le taux de (re)conversion des agriculteurs vers la production traditionnelle, qui a augmenté ces dernières années. Outre la question de l'amélioration de la qualité de la consommation alimentaire, l'argument qui sous-tend cette politique publique est que la production biologique favorise la transition écologique des systèmes de production et réduit les problèmes liés au réchauffement climatique.

L'expérience de La Cagette et est aussi un contrepoint à un processus récurrent de dégénérescence des coopératives (CONFORTH, 1995). Au tournant du millénaire, les coopératives dans diverses parties du monde ont commencé à intensifier leurs stratégies commerciales incorporées dans la formation de sociétés de capitaux ou à établir des causerias avec des sociétés non coopératives (THOMAS, 2008, BANCEL, 2022). La motivation récurrente pour adopter un tel comportement était la nécessité de renforcer la compétitivité sur les marchés, compte tenu de l'ouverture des marchés nationaux à la concurrence internationale et de la financiarisation de l'économie. Ce processus d'association ou de création d'entreprises non coopératives soulève des questions sur l'avenir du mouvement coopératif au XXI<sup>e</sup> siècle, en raison des risques liés à l'isomorphisme institutionnel (DIMAGGIO ; POWELL, 1983) et à l'affaiblissement des cultures qui font vivre la coopérative entreprise. En 2015, l'Alliance Coopérative Internationale publie un document sur les principes coopératifs, dans lequel elle précise que les crises résultant de la financiarisation de l'économie mondiale ont également atteint le mouvement, puisque : « certaines coopératives qui ont adopté les pratiques des sociétés de capitaux avec lesquelles elles étaient en concurrence, ont subi les mêmes conséquences dévastatrices » (ACI, 2015, p.98). En plus de soulever des débats sur l'identité des coopératives (BANCEL, 2022), une situation démontre que des thèmes clés pour l'avenir du mouvement coopératif, tels que la valeur de la solidarité et la relation entre les coopératives et les communautés, doivent également être repensés.

La solidarité est inscrite dans l'histoire des premières coopératives au XIX<sup>e</sup> siècle et le souci de la communauté n'est devenu un principe qu'en 1995, bien que des activités en ce sens soient présentes depuis l'origine du mouvement coopératif. Le lien entre la solidarité et le septième principe est établi lorsqu'on comprend qu'une coopérative est plus qu'une association de personnes, c'est une collectivité qui apporte des bénéfices à toute une communauté (BOESCHE, 2005). D'une certaine manière, le défi de Cagette dans le projet Caixa rappelle les pionniers de Rochdale, qui, lors de la création de leur coopérative de consommation au milieu du XIX<sup>e</sup> siècle, voulaient plus que de la nourriture à des prix équitables. Ils voulaient améliorer les conditions de vie de leurs membres par l'éducation et la participation sociale (HOLYOAKE, 1933).

La difficulté qui se pose pour cette analyse est la pluralité des sens et la diversité des actions qui se produisent dans lesquelles le mot solidarité est utilisé. Cette polysémie et la subjectivité en jeu font varier fortement le périmètre de la solidarité, allant des actions liées à la famille à un pays tout entier (GIORGI ; SAINTOYANT, 2018). Parler de solidarité dans une entreprise collective est donc quelque chose qui nécessite de savoir comment le terme est compris et mobilisé par les

acteurs impliqués et comment les gestes compris comme solidarité sont liés aux principes et valeurs coopératifs.

Ce travail vise à discuter de la solidarité et de la préoccupation des coopératives avec la communauté dans le coopérativisme, en prenant comme référence la participation de La Cagette à Caisse Alimentaire Commune. La Caisse est un projet pionnier en France développé par les pouvoirs publics, les organismes sociaux et les habitants de Montpellier, qui vise à mettre en place un système de sécurité sociale dans le secteur alimentaire. (Complet avec plus d'informations de base sur la Caisse)

L'argument central de ce travail est que l'engagement de la coopérative dans Caixa Alimentar Comum doit aller au-delà de l'intérêt politique de participer au projet, car il est nécessaire d'accueillir des personnes dont le profil n'est pas similaire à la plupart des membres actuels de la coopérative (bien éduqué et intégré dans d'autres cercles sociaux). Pour ce faire, il sera nécessaire de briser les barrières culturelles, d'améliorer les programmes éducatifs, de réaliser des formations internes et de renouveler les modes de communication, afin de qualifier les ressources de gestion de la coopérative et les stratégies d'accueil des nouveaux membres.

### LES REFERENCES

ACI-ALIANÇA COOPERATIVA INTERNACIONAL. **Notes d'orientation pour les principes coopératifs**. Bruxelles : ACI, 2015. Version anglaise.

BANCEL, J. La question de l'identité coopérative à l'heure où la mondialisation \_orientale poussait. **Récma**, v. 364, p.16-26, 2022.

BOESCHE, L. **La fidélité coopérative** : une approche pratique. Curitiba : OCEPAR/SESCOOP-PR, 2005.

DIMAGGIO P.; POWELL W. Ironing revisité : isomorphisme institutionnel et rationalité collective dans les champs organisationnels. **American Sociological Review** , v.48, n. 2, p. 147-160, 1983

GIORGI D.; SAINTOYANT, V. Introduction . *Dans* : GIORGI D. ; SAINTOYANT, V. **Solidarité en quête de sens**. Rennes : Presses de l'EHESS , 2018, p. 5-7. Controverses.

HOLYOAKE, GJ **Les 28 tisserands de Rochdale** : Une histoire des fiers pionniers de Rochdale. Rio de Janeiro: Librairie Francisco Alves, 1933.

MARTY, J.; TOSI, L. Les magasins collaborent : une analyse bibliométrique. *Dans* : LES RENCONTRES DU RIUESS, 22., 2023. Avignon. **Annales** [...]. Avignon : Réseau Interuniversitaire de l'Economie Sociale et Solidaire, 2023.

## 2.4 ATIVIDADES DESENVOLVIDAS EM TORNO DOS PROJETOS ALIMENTARES TERRITORIAIS

Nas últimas décadas, o modelo de exploração agrícola francês vem passando uma crise estrutural, face as mudanças no perfil das famílias agricultoras e dos desafios crescentes de natureza ambiental. Essa crise coloca em cheque as políticas de modernização da agricultura francesa, surgidas logo depois da segunda metade do século XX. Esse modelo transformou radicalmente a estrutura socioeconômica da agricultura e do meio rural, mas gerou mudanças, muitas vezes contraditórias, sobre a paisagem alimentar da França.

Muitas das mudanças trazidas pela modernização ampliaram a produção, reduziram custos de agricultores e empresas e facilitaram o acesso a novos alimentos, como também eliminaram do cenário francês o fantasma da fome. Mas elas geraram igualmente transformações nocivas no padrão das dietas, alterando hábitos

considerados saudáveis, para dar vez ao uso de processados e outros produtos de interesse da indústria alimentar. Mais recentemente essas mudanças se expressam também no aumento dos problemas para a saúde humana por conta da obesidade.

Apesar de sua aparente consolidação, o processo de modernização sempre enfrentou resistências de movimentos sociais rurais por conta da perda das tradições camponesas. Parte desses grupos também se engajavam em iniciativas para preservar as tradições alimentares. Nos últimos anos essas resistências se ampliaram pela incorporação de grupos, notadamente urbanos, preocupados com a questão ambiental e com qualidade dos alimentos em termos nutricionais. Além de valorizar as preferências por gostos e receitas da tradição culinária construídas pelas famílias ao longo de séculos, esses movimentos acreditam que os hábitos alimentares precisam estar agora mais atrelados ao tema da sustentabilidade e de preceitos relacionados com a preservação da saúde.

Ao ver ameaçada a sua capacidade de acesso a uma dieta de qualidade, esses segmentos da população começaram a construir e a reafirmar novos laços de ação coletiva em torno dos alimentos. Desde os anos 2000 grupos se articularam em projetos visando garantir modos de abastecimento que valorizam a proximidade entre produção e consumo. Esses grupos também se empenham para construir mecanismos financeiros e criar estruturas para incentivar a produção orgânica, mantendo e criando canais de comercialização baseados em circuitos curtos, feiras ao ar livre, sistemas de entregas de cestas (chamados na França de Amap) e em outros arranjos que garantem o acesso a alimentos frescos e produtos transformados com base em receitas tradicionais e no saber-fazer local.

Apesar desses esforços, a intensidade dos processos de mercantilização e de globalização das cadeias de comércio de alimentos continuaram a enfraquecer os laços entre território e alimento, gerando preocupações sobre a saúde da população e o empobrecimento das dietas alimentares. Na década passada, a situação desencadeou novas formas de pressão social, cujos desdobramentos atingiram a esfera política. Uma das suas resultantes inspirou a criação de dispositivos relacionados à questão alimentar na Lei do Futuro que estava sendo gestada nessa época.

Os PATs surgiram na França como um dos desdobramentos da Lei do Futuro. Essa Lei foi aprovada em 2014 com o objetivo de reconfigurar a agricultura francesa diante das transformações profundas que o meio rural vem enfrentando nas últimas décadas. O espírito da Lei é gerar inovações capazes de gerar mudanças em termos sociais, econômicos e ambientais no meio rural em razão do contingente de agricultores estar diminuindo fortemente em toda a França e porque a produção agrícola está cada vez mais atrelada aos interesses das grandes corporações industriais e ao capitalismo financeiro. A Lei também incentivava a criação de políticas capazes de reforçar o consumo de alimentos de qualidade – o diagnóstico do governo indicava que milhões de consumidores da França já se alimentam de maneira insatisfatória. A Lei almeja também aliar a questão alimentar com políticas de descentralização administrativa, com o propósito de planejar o desenvolvimento rural e agrícola segundo os preceitos da lógica territorial. Para mais detalhes sobre a Lei do Futuro ver pequeno texto que escrevi com colegas logo após o seu lançamento: [http://oppa.net.br/artigos/portugues/boletim045\\_AdemirCazella-FabioBurigo-YannickSencebe.pdf](http://oppa.net.br/artigos/portugues/boletim045_AdemirCazella-FabioBurigo-YannickSencebe.pdf). ).

A seleção do PAT como a política pública a ser estudada durante os meus estudos se deveu ao caráter inovador em termos de governança e seu foco de atuação ser o território. Todos os PATs possuem um comitê de pilotagem composto por atores territoriais, o que pode gerar um ambiente de governança participativo, capaz de proporcionar uma boa orientação aos subprojetos incentivados e gerir a política de forma transparente. Outra das principais virtudes do PAT é o incentivo dado à construção de diagnósticos sobre a situação alimentar na escala territorial, a partir do engajamento de organizações rurais e urbanas locais e regionais. Esses estudos permitem aos próprios atores do território entender o fluxo (oferta e demanda) e avaliar a quantidade e qualidade dos alimentos consumidos pela população. Tais estudos podem apontar, por exemplo, o grau de dependência externa do território a respeito do abastecimento alimentar, dando visibilidade ao tipo e ao volume de alimentos que chegam à população por meio de cadeias produtivas longas, vindos de regiões ou países distantes. Podem ajudar também a entender melhor como funcionam os sistemas de produção e de distribuição de alimentos do território que tem potencial para serem incentivados e replicados. Os arranjos organizacionais que se criam em torno do tema devido aos aportes do PAT incentivam igualmente esses atores a estabelecer novos olhares sobre os sistemas alimentares territoriais tendo em conta as mudanças climáticas e outros imperativos relacionados à questão da sustentabilidade. Em síntese, o PAT gera oportunidades e incentivos para que coletivos territoriais se articulem de maneira inovadora, de modo a desenhar estratégias de governança que ajudem a executar subprojetos de realocação da questão alimentar pensados num contexto de transição ecológica.

A partir da revisão da literatura e documental, discussões com colegas do Cirad e do Inrae, como também pelas análises das informações constantes no banco de dados da RNPAT (<https://rnpat.fr/>), – esse site congrega oficialmente as informações do PAT, com fichas e descrições dos projetos aprovados em toda França – fui percebendo que essa política representa de fato um esforço inovador e interessante de mobilização da ação coletiva em torno da questão alimentar, com potencial para se integrar as políticas alimentares e de desenvolvimento territorial no Brasil.

Em função dos objetivos traçados no Plano de Estudos procurei no primeiro momento entender esse histórico institucional e as regras de funcionamento dos PATs. Mas isso não bastava, pois precisava ter mais elementos sobre a sua aplicação em termos empíricos, já que meu interesse foi sempre compreender como a ação coletiva participa das políticas públicas. Isso aplicado ao PAT significava conhecer mais sobre a governança dos comitês que gerem os PATs nos territórios, verificar como se engajam na gestão dos projetos e como monitoram os seus recursos.

Em função dessas premissas desenvolvi investigações a respeito de possíveis PATs que estão sendo coordenados por cooperativas, especialmente das que sejam detentoras do estatuto Scic. A ideia era verificar particularidades nos sistemas de governança das políticas alimentares territoriais e nos projetos PATs pelo envolvimento de cooperativas do tipo multissocietária. Porém, depois de uma busca intensa nos dados, encontrei apenas um projeto PAT cujo proponente é uma cooperativa Scic. Trata-se de um projeto coordenado pela Scic Maison Paysanne (<https://www.maisonpaysanneaude.fr/>), cooperativa com sede em Limoux, departamento de Aude, uma cidade localizada a cerca de 180 km de Montpellier. Essa Scic é resultado de uma ação coletiva entre diversas organizações sociais do território, a maioria vinculadas ao sindicalismo rural da Confédération Paysanne (<https://www.confederationpaysanne.fr/>). Por estar situado em região de montanha e

desfavorecida em termos econômicos, o PAT coordenado pela Scic MP visa fortalecer sistemas produtivos tradicionais do território, combater a precariedade alimentar, favorecer a instalação de jovens agricultores e estruturar cadeias alimentares alternativas (ver a ficha da RnPAT a respeito desse projeto: <https://rnpat.fr/pat/pat-de-la-haute-vallee-de-laude/> . Esse PAT é um exemplo de como as organizações podem se unir para manter ou construir novos sistemas alimentares sustentáveis em territórios onde os sistemas de agricultura intensiva não penetraram com tanta força. Em termos organizacionais a situação desse PAT contrasta com o que se vê em outros territórios, cujos laços de poder local estão mais fortemente vinculados aos interesses de pequenos, médios e grandes produtores e de empresas agropecuárias modernizadas e integradas em cadeias produtivas longas, cuja lógica dos sistemas alimentares seja mais convencional.

Apesar de sua relevância conclui que o caso de Limoux não seria suficiente para compreender o desenvolvimento dos PATs numa perspectiva mais ampla. Para isso retomei a busca de pessoas e organizações que coordenam algum projeto de PAT ou que estivessem assessorando os atores sociais locais nesse sentido. Estar em Montpellier foi positivo para isso, pois lá existem inúmeros eventos voltados à temática alimentar promovidos pelo Cirad, Inrae e pelas universidades e órgãos públicos. Uma das organizações mais interessantes nesse sentido é a Chaire Unesco Alimentação do Mundo <https://www.chaireunesco-adm.com/>, cujos dirigentes me aproximei ao longo do pós-doc. e pude deixar aberto a possibilidade de parcerias futuras em projetos que envolvam o Brasil.

Para conhecer um pouco melhor as pesquisas acadêmicas sobre os PATs agendei reuniões e realizei entrevistas com pesquisadores e estudantes de doutorado da UMR Innovation e de outros laboratórios de pesquisa localizados em Montpellier. No segundo momento procurei alargar o campo de contatos indo a procura de pesquisadores que estavam se debruçando sobre essa política em outras regiões da França. A ideia para essa expansão foi encontrar quem conhecesse mais de perto o Brasil e pudesse relacionar o PAT ao contexto brasileiro, já que na região onde eu estava residindo não existiam pessoas com esse perfil.

Essa estratégia de alargar os contatos aumentou o acesso a projetos de pesquisa ainda em andamento e a trabalhos inéditos ou recém-publicados que tratam do PAT, o que naturalmente amplia a abordagem dessa política a partir de diferentes óticas (estratégias de governança participativa, grau de valorização e de inovação dos produtos territoriais, novas estratégias de acesso aos alimentos saudáveis e de combate a precariedade alimentar, medidas para combater o desperdício, mecanismos de articulação do PAT com outras políticas de valorização alimentar e de desenvolvimento territorial etc).

A partir desses contatos com pesquisadores foi possível ter contato com a experiência de três experiências de PAT que são acompanhados por meio de uma pesquisa-ação conduzida pela doutoranda Karine Nunes, egressa do CCA/UFSC e que está atualmente vinculada a Universidade de Marseille. Cada um desses PAT reúne uma série de proposições que visam fortalecer a produção e o consumo dos alimentos produzidos no território, como também incentivar o uso de alimentos orgânicos e artesanais em escolas e outros equipamentos públicos. Nos contatos remotos, juntamente com a Karine, pude realizar entrevistas e compreender as ações dos comitês de coordenação de desses projetos, o que permitiu compreender melhor as estratégias de ação coletiva envolvidas e os desafios para a governança dos PAT.



Em outra oportunidade entrei em contato com Gilles Marechal, um pesquisador aposentado que por décadas atuou como técnico junto a organizações sociotécnicas, coletividades regionais (órgãos públicos) e outras entidades ligadas à agricultura francesa. Atualmente Gilles é coordenador da Terralim, uma cooperativa de trabalho que se dedica a estudos e projetos de incentivos a realocização alimentar e a dinamização da ação coletiva na ótica territorial (<https://terralim.fr/>). Conhecedor do Brasil, onde já morou diversas vezes, Gilles é também um dos pioneiros nos estudos dos circuitos curtos de comercialização na França. Nos últimos anos tornou-se também um estudioso dos PATs e por meio de sua cooperativa presta assessoria e realiza avaliações de projetos alimentares em toda a França.

A partir dos estudos na literatura, entrevistas e diálogos com os colegas franceses foi possível perceber que a presença da sociedade civil nos comitês de coordenação dos PATs se dá de forma bastante heterogênea. Existem muitos projetos que durante a fase de elaboração mobilizaram atores locais e regionais, mas que aos poucos passaram a ser comandados por atores “oficiais”, geralmente vinculados aos governos das comunas e dos departamentos onde estão situados. Tal fenômeno revela traços de uma cultura política dominante e enraizada por décadas no meio rural, baseada no poder de mobilização dos agricultores familiares mais estruturados em termos econômicos e no aparato legal que os protege e incentiva a sua participação nos territórios onde vivem. Por meio da literatura e constatações empíricas foi possível perceber que essa realidade está mudando em função das transformações da agricultura, já apontadas acima, e devido ao aumento do fluxo migratório que acarreta na saída e chegada de novos moradores no meio rural e urbano dos territórios compostos por pequenas e médias comunas. O fenômeno altera o perfil dos residentes e começa a transformar os laços socioculturais existentes e, por consequência, as demandas sociais se alteram por conta do surgimento de novas lideranças. Aos poucos, essas lideranças alteram a composição e o perfil de representantes das coletividades, transformando o jogo de interesses e a aplicação de políticas públicas e de todas as institucionalidades territoriais.

Porém, como essas transformações são lentas e contraditórias, em muitos contextos por conta da tradição os antigos moradores ainda possuem canais de controle das redes de informação e acesso favorecido aos poderes e as políticas públicas locais. Desse modo, os PATs acabam sendo elaborados ou mesmo tendo sua gestão modificada após a sua aprovação para atender interesses de atores ligados à produção agrícola convencional, restringindo o surgimento ou a implantação de propostas inovadoras relacionadas à questão alimentar. Esse fenômeno se manifesta principalmente em territórios onde a presença de agricultores modernizados e de agroindústrias de grande porte é mais significativa. Tal situação também revela certa fragilidade dos movimentos sociais e as visões conflitantes presentes na sociedade francesa em relação as políticas que visam estruturar iniciativas inovadoras alimentares na ótica da sustentabilidade, especialmente quando elas propõem alterações mais estruturantes em termos socioeconômicos.

Esses limites, no entanto, não invalidam os fundamentos da política pública do PAT, que traz aportes interessantes para se pensar em novas estratégias de descentralização e de mobilização social a respeito da questão alimentar no Brasil. Suas premissas abrem perspectivas para se pensar como a ação coletiva pode atuar nesse campo, principalmente em ações de médio e longo prazo, a partir do desenvolvimento de políticas que mobilizem atores do meio rural e urbano por diferentes perspectivas.

#### 2.4.1 Produtos derivados da pesquisa sobre o PAT

Fruto das pesquisas sobre o PAT estou elaborando um artigo que se propõe analisar as formas como a ação coletiva participa dos PAT. O trabalho está sendo escrito em coautoria com Gilles Marechal e Karine Nunes. A proposta é discutir como a política pode inspirar a questão alimentar no Brasil e contextualizar os fatores que balizam a ação coletiva na governança do PAT a partir dos projetos estudados pela Karine. Segue abaixo uma versão preliminar da introdução.

### **A AÇÃO COLETIVA NOS PROJETOS ALIMENTARES TERRITORIAIS: VELHAS E NOVAS RECEITAS EM DESTAQUE**

Fabio Luiz Búrigo, Karine Nunes e Gilles Marechal

#### **INTRODUÇÃO**

Depois da aprovação da chamada Lei do Futuro da Agricultura, em 2014, a França criou uma política pública voltada a incentivar o processo de realocização alimentar. País com uma longa tradição na produção e consumo de alimentos de qualidade, que conhecidos pelos requintes na elaboração de pratos e uso de receitas que alcançaram reputação mundial.

A gastronomia francesa tem forte vínculos com os Sistemas Alimentares Territoriais (SAT) e sua riqueza se expressa não apenas na engenhosidade para o uso e combinação dos ingredientes que os cozinheiros domésticos e os chefs transformam em pratos saborosos, geralmente com grande apelo visual. A culinária baseada em produtos regionais faz parte da cultura num sentido mais amplo, sendo elemento chave no processo de educação da população e na formação da identidade nacional, que gosta de preservar a origem, qualidade e a diversidade dos alimentos que consome.

As múltiplas formas como as pessoas consomem os alimentos e relacionam esse consumo aos territórios onde vivem dependem, obviamente, de inúmeros fatores. Questões de natureza socioculturais, econômicos, ambientais e institucionais irão determinar como os indivíduos e as organizações públicas e privadas moldam seu comportamento e estruturam a ação coletiva diante da questão alimentar.

Temos aqui forças divergentes, convergentes e coexistentes moldando o comportamento desses atores tendo em conta a sua sustentabilidade. De um lado pode se alinhar como divergentes aquelas forças cujas ações descaracterizam as formas com as quais os territórios construíram a sustentabilidade de seus sistemas alimentares ao longo do tempo. De outro lado, as forças convergentes tentam reforçar ou manter as formas tradicionais que visavam sustentar os SAT. Outra questão é apontar se as forças em questão estão contribuindo com processos gerais que fortalecem ou não a transição ecológica dos sistemas alimentares, dado que a questão da sustentabilidade assume cada vez mais uma escala planetária.

Em ambas as situações é necessário verificar o contexto e o período do tempo em análise, pois eles estão relacionados às dinâmicas que alteram as estruturas dos territórios. Por exemplo, a modernização da agricultura, a urbanização crescente da população, as atividades profissionais desenvolvidas pelos moradores do meio rural, a digitalização entre outros, são exemplos de fatores chaves quando se discute os hábitos alimentares.

Por essa linha de raciocínio é preciso avaliar que mudanças ocorrem e identificar em qual sentido elas caminham, ou seja se elas podem ser consideradas forças convergentes ou divergentes, ou se elas permitem ou estimulam a coexistência dessas forças. A teoria da coexistência pressupõe que essas forças possam conviver no mesmo espaço sem gerar a sua instabilidade (GASSELIN, 2017).

Nas últimas décadas, a abertura dos mercados por conta da expansão do número países, mudanças nas políticas agrícolas comum (PAC) e outras questões de natureza socioeconômica e ambiental vêm desafiando a possibilidade de manter hábitos da população francesa relacionados a questão alimentar. Esse fenômeno ocorre também em muitos países considerados em desenvolvimento e que são afetados pelos rumos globalização da economia

capitalista, que prioriza as trocas comerciais de produtos agrícolas de espécies utilizadas como matéria-prima para a fabricação de produtos transformados.

Não obstante os aumentos da produção agrícola mundial tenham gerado a redução de preços de alguns produtos, a hegemonização na oferta se associa ao consumo crescente de alimentos processados de baixa qualidade nutricional. Em alguns casos o baixo poder de compra de parcela importante da população se soma a dificuldade que as pessoas encontram para discernir a origem e a qualidade dos produtos diante de agressivas, e as vezes pouco éticas, campanhas de publicidade que muitas vezes desinformam e desorientam as escolhas do consumidor.

A intensificação do processo de modernização da agricultura é cada vez mediada por processos de digitalização. A agricultura de precisão ganha espaço favorecendo o desenvolvimento de produtos de nicho (bio, cultivos veganos etc.), mas fundamentalmente à redução de custos de produção das grandes culturas e criações, por conta do maior conhecimento das características ambientais e genéticas (microclimas).

Em muitos países da Europa, o processo de digitalização da agricultura amplia a escala e a hegemonização de produtos no interesse das cadeias longas, mas também se entrelaça com alterações drásticas na composição das famílias agricultoras. Essas transformações formas de trabalho no campo e podem limitar a capacidade de manter uma diversificação produtiva, que se vê obrigada a substituir cultivos exigentes em mão de obra, por atividades adaptadas ao uso de máquinas e equipamentos mecânicos. Ainda que as propagandas falem o contrário, o distanciamento entre produção e consumo condicionados aos interesses de grandes empresas produtoras, transformadoras e distribuidoras faz a elaboração dos pratos dependerem de ingredientes atrelados aos circuitos longos e de processos de desterritorialização alimentar.

Atualmente o consumo alimentar sofre igualmente reflexos das crises climáticas, guerras, inflação e fatores que vem ampliando a desigualdade de renda e problemas ligados ao acesso e à distribuição da comida. Se os níveis de produção e produtividade das commodities e matérias primas não param de aumentar, a precariedade ou a insegurança alimentar é um problema que aflora mesmo em países desenvolvidos como a França. Essas contradições agravam os processos de desterritorialização alimentar especialmente nos centros urbanos e em populações de migrantes, onde a oferta disponível não se coaduna a capacidade de renda das famílias ou ao conhecimento para o preparo de alimentos. Com isso as populações acabam recorrendo as comidas prontas e geralmente de menor preço. Ou seja, a perda das referências culturais na alimentação se soma aos problemas sociais e econômicos que dificultam o acesso e restringem a qualidade das dietas.

Na França, o surgimento do PAT abriu uma janela de oportunidade para os territórios para enfrentarem essa dependência alimentar crescente. Ao estimular a ação coletiva por meio de dispositivos que permitem aproximar atores civis e governamentais em torno de projetos e de estratégias de articulação institucionais em torno da realocação alimentar essa política pública gera oportunidades e desafios para se garantir e ampliar a capacidade produtiva por meio de novas formas de governança dos atores sociais em torno dos alimentos.

Este trabalho discute as estratégias pelas quais a ação coletiva se movimentando em trono dos PAT. A ação coletiva é aqui definida como o modo pelo qual os indivíduos e organizações se mobilizam para levar adiante algum processo que visa gerar mudanças sociais (positivas ou negativas a depender do ponto de vista de quem sofre ou analisa a ação). A ideia é refletir se a estruturação dos processos de governança dos PAT está compatibilizando a participação de atores da sociedade civil e de representantes governamentais e de que forma essa participação exerce sua influência na gestão dos projetos.

**Referência:**

GASSELIN, P. ; LARDON, S. ; CERDAN, C; LOUDIYI, S; SAUTIER, D. **Coexistence et confrontation des modèles agricoles et alimentaires : un nouveau paradigme du développement territorial?** Versailles: Editora Quae, 2021.

Outra atividade em andamento derivada do pós-doc. e ligada aos SAT é a elaboração de um projeto que pretende atuar na organização de missões de intercâmbio envolvendo lideranças políticas e cooperativistas do Brasil e francesas.

Essas missões terão o objetivo de gerar conhecimentos que ajudem a fortalecer os SAT, a partir da troca de experiências entre as políticas alimentares brasileiras e franceses. Essa iniciativa está sendo articulada na França com a colaboração de Gilles Marechal (Terralim) e Damien Cunaré, representante da Chaire Unesco.

### **3 OUTRAS AÇÕES DESENVOLVIDAS DURANTE O PÓS-DOC**

Além das ações descritas acima, durante o Pós-doc. realizei diversas atividades acadêmicas complementares, tais como seminários, colóquios, palestras reuniões técnicas, oficinas etc., aproveitando a rica programação que Montpellier e a França proporcionou, como também a tecnologias digitais que permitiram acesso remoto a alguns desses eventos. Destaco abaixo as mais pertinentes.

#### *3.1.1.1 Elaboração de ensaio sobre o valor das empresas cooperativas*

Estou elaborando um artigo que se apoia na revisão de literatura internacional sobre o tema da identidade cooperativa e da questão do valor nas empresas para avaliar o desenvolvimento do cooperativismo no Brasil. Já quase finalizado, o texto está sendo redigido em colaboração com o pesquisador brasileiro Sérgio Schneider (UFRGS). O prof. Sérgio integra a equipe do projeto Capes/Cofecub, mas viveu em Montpellier durante o primeiro semestre de 2023 por conta de outro projeto. Aproveitamos a oportunidade dessa convivência para construir um ensaio a respeito dos avanços da financeirização da economia e seus desafios às organizações cooperativas por conta da perda de suas características como empreendimentos sem fins lucrativos e de seus vínculos territoriais.

Transcrevo abaixo uma parte do ensaio, que deverá ser submetido a publicações especializadas em breve.

#### **O VALOR DAS COOPERATIVAS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: OS DESAFIOS DO MOVIMENTO COOPERATIVO NO BRASIL**

Fábio Luiz Búrigo e Sérgio Schneider

##### **INTRODUÇÃO**

A cooperativa representa uma das mais importantes manifestações de ação coletiva. Cooperativas representam o desejo de pessoas ou organizações que se mobilizam para atuar no mundo econômico e social, de modo democrático, por meio da cooperação. Por suas características, a cooperativa é também uma organização capaz de produzir e compartilhar o valor de alta relevância em termos de sustentabilidade social, econômica e ambiental, seja na gestão de bens comuns, seja na geração de produtos e serviços de qualidade. Ao atuar de forma compromissada com as necessidades das pessoas e do território onde estão instaladas, as cooperativas tornam-se exemplos de como se pode administrar a produção de valor, levando em conta as partes interessadas na condução de seus negócios (MAZZUCATO, 2020). Podem fazer um contraponto a cultura das grandes empresas que assumem a perspectiva da chamada “revolução do acionista”. Esse movimento impulsiona as corporações na lógica da financeirização, modificando padrões gerenciais para “reduzir e distribuir” a riqueza gerada, ou invés de manter a função tradicional das empresas na economia, qual seja a de “reter e reinvestir” seus ganhos no desenvolvimento de produtos e serviços (SANTANA, 2023).

A Declaração sobre a Identidade Cooperativa promulgada em 1995 pela Aliança Cooperativa Internacional (ACI) define uma cooperativa como "uma associação autônoma de pessoas que se unem voluntariamente para atender às suas necessidades e aspirações econômicas, sociais e culturais comuns por meio de uma empresa de propriedade conjunta e democraticamente controlada" (ACI, 2020). Assim, o valor de uma cooperativa deriva também de uma de suas maiores especificidades em termos organizacionais: a dupla qualidade de seus membros que significa ser ao mesmo tempo beneficiário e associado do empreendimento. A

cooperativa demonstra a viabilidade de uma organização socioeconômica que se contrapõe ao modelo da propriedade privada dos meios de produção e da relação patrão x empregado, estruturas pilares do sistema capitalista. Pelas suas características, a cooperativa pode também gerir valor compartilhado, muitas vezes cuidando dos chamados bens comuns, inclusive inspirando a participação nesse tipo de atividade de outros arranjos associativos que integram o universo da economia social e solidária (ESS) (DUVERGER, 2019).

As cooperativas demonstram serem organizações capazes de elaborar produtos e serviços de qualidade e com alto valor para a sociedade, e distribuir os resultados obtidos nessas transações de forma coletiva. Uma cooperativa revela outro valor de alta importância para a resiliência do ambiente de negócios e a proteção das economias domésticas: atuar como agente regulador na dinâmica do sistema econômico (BOYER; YVES, 1995; ANSART; ARTIS; MONVOISIN, 2014). O exemplo dado pelas *unions* norte-americanas (cooperativas financeiras) após o estouro da crise bancária de 2008, quando muitas pessoas recorreram ao sistema cooperativo como forma de proteger suas poupanças, é bem didático nesse sentido.

Embora a organização cooperativa demonstre capacidade de adaptação aos ambientes sociais e econômicos nos quais atua, o funcionamento de uma cooperativa se ancora num arranjo complexo. Esse arranjo a distingue de todas as outras organizações empresariais da economia capitalista, normalmente baseadas em sistemas de decisão piramidal, cujo objetivo é maximizar o lucro de suas operações mercantis e mais recentemente ampliar a remuneração dos seus acionistas.

Constituir uma cooperativa significa participar ao mesmo tempo de uma organização e de um movimento social que comunga de um tipo especial de institucionalidade e de cultura organizacional, moldados pela sua identidade, princípios e valores. Estudos sobre a trajetória das cooperativas demonstram que elas carregam uma identidade, princípios e valores que não são triviais. Foram forjados ao longo dos tempos por meio inúmeras experiências de ação coletiva que por seus erros e acertos geraram aprendizados individuais e coletivos, sempre mediados por forças políticas e visões de mundo dos atores que compõem o movimento cooperativo (NAMORADO, 2013; DRAPERI, 2012). Ou seja, as cooperativas são o resultado do desenvolvimento de habilidades e práticas forjadas na experimentação de diversas formas de cooperação, historicamente construídas em diferentes sociedades (SENNET, 2012). Mas qual é de fato o diferencial de valor da cooperativa e do movimento cooperativista no contexto de falência do receituário econômico neoliberal, cujo corolário aponta o crescimento da crise climática, das desigualdades, dos problemas alimentares que dominam a agenda mundial nas últimas décadas? A trajetória de muitas cooperativas diante desses desafios tem diminuído seu potencial valor. A consequência dessa conduta se reflete em sua identidade e na imagem de sua própria marca, na medida que assumem estratégias de governança geradoras do isomorfismo institucional (DIMAGGIO; POWELL, 1983) com as empresas não-cooperativas, que podem levar a sua completa degenerescência (CONFORTH, 1995).

Esse trabalho discute a importância do conceito de valor para o cooperativismo, e como isso está diretamente ligado com a identidade, princípios e valores adotados pelas cooperativas, diante de um contexto de insustentabilidade no qual elas estão inseridas. O argumento central é discutir a relação entre a perspectiva da criação de valor como uma oportunidade para se repensar o papel das cooperativas na transição para uma economia sustentável com justiça social. As cooperativas na produção, beneficiamento, transformação e comercialização de alimentos possuem destaque devido a sua abrangência em todo o mundo e no Brasil, sendo um ramo estratégico para se rediscutir a questão da identidade.

A justificativa dessa abordagem se apoia na hipótese de que as formas de ação coletiva, em particular as cooperativas, além de sua capacidade de gerar mais igualdade social são essenciais para se repensar a economia mercantil nas sociedades contemporâneas em um contexto de crise. O conceito de criação de valor assume relevância tendo em vista a perspectiva de reorientar as ações empresariais, que passam a ser pautar não apenas pela sua performance orientada ao lucro, mas o compromisso com questões éticas e temas não humanos, tais como as climáticas, biodiversidade, gestão de bens comuns. Além desta introdução, o trabalho é composto por cinco partes. A primeira parte aborda brevemente o percurso histórico e a trajetória do movimento cooperativo que forjou a construção dos princípios, valores e a identidade cooperativa. A segunda analisa as posturas adotadas pelas cooperativas em relação a sua identidade, tendo em conta alguns desafios contemporâneos gerados pelas crises do capitalismo mundial e pelas

trajetórias das organizações cooperativas no Brasil. A terceira discute como as cooperativas podem oferecer respostas para fortalecer a transição dos sistemas alimentares sustentáveis assentados em territórios com vínculos comunitários, em que vicejam ambientes econômicos mais cooperativos e propícios a geração de valor compartilhado.

#### Referencias

ANSART, S.; ARTIS, A.; MONVOISIN, V. Les coopératives: agent de régulation au cœur du système capitaliste? **La Revue des Sciences de Gestion**, vol. 269-270, n. 5-6, p. 111-119, 2014.

BANCEL, J. L'enjeu de l'identité coopérative à l'heure où la mondialisation est bousculée. **RECMA**, v. 364, p.16-26, 2022.

BOYER, R.; YVES, S. **Théorie de la regulation**: l'état des savoirs. Paris: La Découverte, 1995.

CORNFORTH C. **Patterns of cooperative management**: Beyond the degeneration thesis. *Economic and Industrial Democracy*, v.16, p. 487-523, 1995.

DIMAGGIO P.; POWELL W. The ironcage revisited: Institutional isomorphism and collective rationality in organizational fields. **American Sociological Review**, v.48, n. 2, p. 147-160, 1983

DRAPERI J.-F. **La république coopérative**: théories et pratiques coopératives aux XIXe et XXe siècles. Bruxelles: Larcier, 2012.

DUVERGER, T. Les trajectoires de la coopération aux XIXe-XXe siècles : un mode original d'institution des communs. In: FERRATON, C.; VALLADE, D. (orgs). **Les comun** : un nouveau regard sur l'économie social et solidaire? Montpellier: Presses Universitaires de la Méditerranée. 2019. Collection Territoires en Mutation.

MAZZUCATO, Mariana. **O valor de tudo**. São Paulo: Portfólio-Penguin, 2020.

NAMORADO, R. **O mistério do cooperativismo**: da cooperação ao movimento cooperativo. Coimbra (Portugal): Almedina, 2013

SANTANA, C. H. V. Financiamento do desenvolvimento e poder infra estrutural do Estado brasileiro. **Revista do Serviço Público (RSP)**. Brasília: v. 74, n., jan-mar 2023, p. 109–142.

SENNET, R. **Juntos**: os rituais, os prazeres e a política da cooperação. Rio de Janeiro: Record, 2012.

#### 3.1.1.2 Seminário sobre sociologia dos sistemas alimentares alternativos

Em fevereiro de 2023, o professor Renê Birochi (CSE/UFSC) esteve na França para participar de um evento com o professor Ronan Le Velly, que integra corpo docente do Instituto Agro e participa do UMR Inovation. O seminário foi organizado em conjunto com Eric Sabourin (Cirad) e com Sérgio Schneider (UFRGS). Durante seu pós-doc., realizado em 2020 no CPDA/UFRRJ, o prof. Renê analisou os trabalhos de Ronan, em especial o livro: *Sociologie des systèmes alimentaires alternatifs: Une promesse de différence* (2017). Nesta obra Ronan integra noções da sociologia do agenciamento mercantil e da metodologia do ator-rede desenvolvidas por Michel Callon e Bruno Latour, com as teorias oriundas da sociologia da organização para analisar o funcionamento experiências alimentares alternativas. Renê está elaborando um artigo no qual apresenta uma análise crítica do referido livro e aponta como as pistas metodológicas dadas por Ronan podem auxiliar a realização de análises similares em outros contextos.

Por se tratar de temas também relacionado às minhas pesquisas, nas semanas anteriores ao evento o professor Renê e eu organizamos cinco videoconferências para debater o referido livro e outros textos do Ronan. Essas reuniões remotas contaram

com a presença de 3 orientandos do Renê, uma orientanda minha e outra do professor Sérgio.

### *3.1.1.3 Palestra sobre ao cooperativismo brasileiro*

No dia 09/05 proferi palestra no Seminário “Cooperativas e a Economia Social e Solidária” promovido por professores do Instituto Agro de Montpellier e do UMR Moisa. Minha intervenção discorreu a respeito da trajetória do cooperativismo rural e solidário no Brasil. O link a seguir dá acesso aos slides apresentados durante a palestra no Instituto Agro.

[https://docs.google.com/presentation/d/1AZeuhrksmFUQJzuZqkvBRnAO2Xb9UBc?rtpof=true&usp=drive\\_fs](https://docs.google.com/presentation/d/1AZeuhrksmFUQJzuZqkvBRnAO2Xb9UBc?rtpof=true&usp=drive_fs)

## 3.2 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em 2021, depois de mais de uma década atuando como docente na UFSC entendi que era chegada a hora de realizar um período de reciclagem acadêmica. A possibilidade de realizar estudos de pós-doutoramento na França com uma rede de organizações parceiras envolvidas num projeto de pesquisa, apoiado pelo Programa Capes /Cofecub, também contribuiu para essa decisão.

Ao fazer um balanço dos estudos realizados percebo que o cronograma original precisou ser ajustado, diante das oportunidades e das situações operacionais vivenciadas. Logo ao chegar à França me deparei com o potencial de inovações que as cooperativas Scic e do PAT apresentavam. Percebi que ambos abriam perspectivas promissoras à pesquisa, mas também criavam novos desafios. A escolha desses objetos como temas da pesquisa, junto com a Cagette, demandava construir caminhos novos em termos operacionais, dando uma faceta um pouco diferente ao cronograma originalmente planejado. Após avaliar quanto essa reordenação da pesquisa era promissora e viável, uma revisão parcial da proposta de trabalho foi acordada com os coordenadores do projeto no qual eu estava inserido.

Para ter acesso as experiências de Scic e PAT precisei ter auxílio de colegas de Montpellier, fazer contatos por conta própria e retomar antigas relações profissionais que eu já possuía na França. A partir daí consegui organizar as minhas estratégias de pesquisa, procurando realizar análises de natureza mais panorâmica e que permitissem estabelecer correlações entre diferentes casos e com a situação brasileira.

Acredito que a experiência do Pós-doc. cumpriu seus maiores propósitos de proporcionar ensinamentos que ajudarão a se analisar o futuro da ação coletiva em sistemas alimentares no Brasil, a partir de inovações organizacionais e das políticas de desenvolvimento sustentável, como é o caso das cooperativas do modelo Scic e dos projetos do PAT. Durante o tempo que estive dedicado aos estudos na França pude tomar contato com uma literatura inovadora e me aproximar de pesquisadores, professores, estudantes, educadores e lideranças sociais e políticas, que proporcionaram acesso a materiais de pesquisa, mídias, eventos, debates e outras formas de entrelaçamento, todas importantes à formulação de novas ideias e proposições de trabalho.

No campo da pesquisa essas novas ideias deverão se traduzir em projetos em torno da ação coletiva e do desenvolvimento sustentável junto aos SAT, reforçando



pesquisas das redes nacionais de pesquisa que integro, especialmente em torno do cooperativismo e das políticas públicas. Esses ensinamentos também ajudarão a aprimorar as atividades de ensino, pesquisa e extensão do Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas (PGA/UFSC) e os projetos desenvolvidos pelo Laboratório de Estudos da Multifuncionalidade Agrícola e do Território (Lemate/UFSC) – atualmente sou membro docente permanente do PGA e coordenador do Lemate.

No campo da extensão será igualmente possível elaborar projetos e realizar outras formas de intervenção, como participações em congressos, seminários etc, pelas quais levarei ideias e propostas novas, com o propósito de qualificar o movimento cooperativista e o trabalho de organizações sociais com as quais tenho envolvimento no Brasil. Há um campo fértil para se inovar nesse sentido, fortalecendo abordagens participativas em cooperativas e demais formas associativas envolvendo agricultores, consumidores e outros atores sociais. A experiência da Cagette foi muito rica nesse último aspecto.

Ao reler os objetivos geral e específicos do meu plano de estudo creio que de maneira geral a experiência conseguiu atender o previsto. Em primeiro lugar atendeu plenamente o objetivo geral de aprofundar os conhecimentos sobre as estratégias institucionais desenvolvidas por organizações coletivas francesas junto aos SAT, bem como avançar na construção de novas abordagens teóricas e metodológicas aplicadas na análise desses processos. Ao qualificar a minha formação de pesquisador/docente, a experiência também contribuiu com o fortalecimento científico e institucional das investigações sobre o tema no Brasil. Quanto aos objetivos específicos entendo que eles foram alcançados em maior e menor grau nos diferentes produtos que estão sendo gerados durante e após a pesquisa, sempre tendo em conta as escolhas que realizei ao me deparar com experiências que considerei de fato inovadoras para o contexto brasileiro e que podem contribuir para o desenvolvimento de SAT e da ação coletiva no meio rural em nosso país.

Antes de encerrar gostaria de agradecer a todos e todas que viabilizaram esse meu pós-doc. A lista desses colaboradores é extensa, mas deixo meu especial reconhecimento ao colega de UFSC e de Lemate, o professor Ademir Cazella, como também aos professores Cátia Grisa, Eric Sabourin e Geneviève Cortez e por extensão aos demais membros do projeto que viabilizaram minha estadia na França. À Capes quero deixar igualmente meus agradecimentos pela bolsa concedida, assim como à UFSC que me liberou para realizar estudos em outro país.

### Referências

BÚRIGO, F. B. Sociedades cooperativas de interesse coletivo (Scic):Inspiração para o cooperativismo brasileiro do futuro. In: ENCONTRO BRASILEIRO DE PESQUISADORES EM COOPERATIVISMO (EBPC), 7., 2023, Brasília. **Anais...** . Brasília: Ebpc, 2023. v. 1, p. 1 - 20.

CATELLI, R. M.; BÚRIGO, F. L.; ROMÃO, CAZELLA, A. L.; PUGAS, A. S. Processus d'interopération entre producteurs et consommateurs. Stratégies d'expansion des systèmes alimentaires durables. In: GRISA, C.; SABOURIN, E.; LUDIVINE, E. MALUF, R. (Orgs). **Systèmes alimentaires e territoires au Brésil**. Montpellier: Presses Universitaires de La Méditerrané (PULM), 2023. p. 219-239.

CAZELLA, A. A.; BÚRIGO, F. Inclusão financeira e desenvolvimento rural: a importância das organizações territoriais. **Política & Sociedade**, v. 8, p. 301-331, 2009.

DAROLT, M. R. Circuitos curtos de comercialização de alimentos ecológicos: reconectando produtores e consumidores. *In*: NIEDERLE, P. A.; ALMEIDA, L. DE; VEZZANI, F. M. (org.). **Agroecologia**: práticas,

GIOMBELLI, G. P.; V. BONI; TECCHIO, A.; CAZELLA, A. A.; BÚRIGO, F. L.; CONTERATO, M. A. Construire la gouvernance des systèmes agro-alimentaires et des politiques publiques territorialisées. Le cas d'une coopérative de crédit rural dans la région ouest de Santa Catarina. *In*: GRISA, C.; SABOURIN, E.; LUDIVINE, E. MALUF, R. (Orgs). **Systèmes alimentaires e territoires au Brésil**. Montpellier: Presses Universitaires de La Méditerranée (PULM), 2023. p. 107-127.

MARECHAL, G. (org). **Les circuits courts alimentaires**: bien manger dans les territoires. Dijon: Educagri, 2008.

RASTOIN J. L.; GHERSI G. **Le système alimentaire mondial**: concepts et méthodes, analyses et dynamiques. Paris: Quæ, 2010.

RASTOIN J.L. Les systèmes alimentaires territorialisés: considérations théoriques et justifications empiriques. **Economies et Sociétés**, v. XLVIII , AG, n. 37, série Systèmes agroalimentaires, p. 1155-1164, 2015.

## APÊNDICE

### Lista dos principais contatos estabelecidos na França durante o pós-doutoramento (ordem alfabética)

Nome	Função	Organização
Alix Margado **	Educador e consultor Scic	Consultor independente
Amélie Gonçalves*	Ingénieure de Recherche	INRAE - UMR AGIR Toulouse
Antonin Molino**	Assalariado	La Cagette
Beatrice Maurines *	Professora e pesquisadora	Univ Lyon
Bernard Pallisé**	Diretor Geral	Coop. Castel Barry
Charlene Arnaud*	Pesquisadora	Scic Agro - Toulouse
Claire Cerdan*	Pesquisadora	UMR Innovation – Cirad
Claire Delfosse	Professora e pesquisadora	LER - Lyon
Clara Santini*	Doctorante en économie	UMR Innovation – Institut Agro Montpellier.
Cyrille Ferraton*	MCF en sc économiques	Université Paul Valéry-Montpellier 3 UMR ART-Dev
Damien Conaré*	Chaire Unesco Alimentação do mundo	Institut Agro Montpellier
Delphine Vallade *	MCF en sc économiques	Université Paul Valéry-Montpellier 3 UMR ART-Dev
Denis Pesche**	Pesquisador	Cirad - ArtDev
Denis Sautier*	Pesquisador	Cirad Membro UMR Innovation - Equaliter
Elodie Valette *	Pesquisadora	Cirad - ArtDev
Eric Sauborin****	Coord projeto Capes-Cofecub	Cirad - ArtDev
Eric Soriano	Professor	Université Paul Valéry-Montpellier 3
Frédéric Bodiguel **	Consulteur Scic SAS	Terres de Souce - Rennes
Genneviève Cortes****	Coord projeto Capes-Cofecub	Univ. Paul Valery - ArtDev
Gilles Marechal ***	Consultant coopératif	Terralim - Rennes
Grégori Akermann***	Sociologue	Inrae / UMR Innovation
Guy Durand*	Prof. Aposentado	Universidade de Rennes
Hélène Chauveau*	Pesquisadora	LER – Université Lyon
Jean Heut**	Delegado regional	Union Régionale des Scop et des Scic
Jean Luc Chautagnat **	Educador e consultor Scic	Les Fermes Partagées
Jean-Luc Bosio*	Chef du service des Relations Internationales et des Langues	Institut Agro Montpellier
Jean-Marc Touzard**	Cord geral UMR Innovation	UMR Innovation – Institut Agro Montpellier.
Kevin Guilhermi**	Salarie Scic	Grap - Lyon
Laétitia Lethielleux	Professora ESS	Université de Reims
Leïla Temri**	Maître de Conférences HDR - Agromanagement	Institut Agro Montpellier
Loudivine Eloy	Professora e Pesquisadora	CNRS - UMR Art Dev
Louis-Antoine Saïssset*	Maître de Conférences en gestion	Institut Agro Montpellier - Moisa

Marc Moraine*	Ingénieur de recherche en Agronomie	UMR Innovation – Institut Agro Montpellier.
Marco Locuratolo*	Accueil à la ferme / Accessibilité alimentaire	FRCIVAM OCCITANIE / CIVAM RACINES 34
Marine Mertz**	Animatrice et coordinatrice	PAT - Mayson Paysanne de la Haute Vallée de l'Aude (PAT HVA)
Mihoko Morisaki	Professor	Teikyo University
Mikael Oliveira Linder****	Pesquisador	Cirad Membro UMR Innovation - Equaliter
Myrian Kessary**	Prof UMMA - pesquisa Scic	Umma - Montpellier
Nabil Hasnouil*	Pesquisador	Cirad
Nadine Richez-Battesti*	professora e pesquisadora ESS	CNRS/ Universidade Aix Marseille
Nicola Bricas*	Titular - Chaire Unesco Alimentação do mundo	Cirad- Moisa
Nicolas Sabot**	Técnico Comércio e logística	D'Ardeche & De Saison (SCIC)
Olivier Lauro*	Directeur Général	Marche D'interet National Montpellier
Olivier Lepiller**	Sociólogo	Cirad / UMR Moisa
Pascale Chateau Terrise **	Univ. Toulouse	Agir
Pierre Gasellin	Professor e pesquisador	UMR Inovation Instituto Agro
Ronan Le Velly*	Prof Sociologia	Institut Agro Montpellier - UMR Innovation - Equaliter
Samuel Hevin**	Ex salaire e doutrando	Alter Conso
Stéphane Fournier*	Membro UMR Innovation - Equaliter	Institut Agro Montpellier/ IRC
Véronique Lucas*	Sociologue Rurale	INRA UMR BAGAP – Rennes
Yves Cariou**	Consulteur coopératif	OxyMore - Rennes

Tipos de contato realizados: \* Reunião de trabalho (remota ou presencial); \*\* Entrevistas remotas ou presencial gravadas; \*\*\* Coautoria de artigos; \*\*\*\* Coordenação institucional e operacional do projeto.